

7º Legislatura 2021/2022

EDITAL DE LICITAÇÃO

1. PREÂMBULO

PREGÃO PRESENCIAL № 001/2021
PROCESSO № 021.001/2021
INTERESSADO: CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DOS MARTÍRIOS
DATADE ABERTURA E RECEBIMENTO DOS ENVELOPES: Dia 30 de Março de 2021, as 09h30min (nove horas e trinta minutos).

A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA NOVA DOS MARTÍRIOS – MA, torna público através da Pregoeira desta Câmara pela portaria sob o nº 003/2021 em 04 de Janeiro de 2021, para conhecimento dos interessados que na sala de reunião do Setor de Licitações, localizado na Avenida Rio Branco, S/N, Centro, Vila Nova dos Martírios – MA, será realizada licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR ITEM. A presente licitação reger-se à pelas disposições da Lei Federal nº 10.520/02, suplementarmente, a Lei Federal nº 8.666/1993, a Lei complementar nº 123/2016, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, e demais normas aplicáveis ao procedimento licitatório em epígrafe, além das cláusulas e condições constantes neste Edital e seus respectivos Anexos.

Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão serão realizados no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

1.1 - DO OBJETO

Objeto da presente licitação é a contratação de empresa para fornecimento de material de expediente, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios – MA, no de Exercício de 2021, conforme especificações constantes no ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA, do presente Edital.

1.2 - DA MODALIDADE

Modalidade: Pregão Presencial **Tipo:** Menor Preço Por Item

Forma de Execução: Indireta, conforme estabelece o Art. 40 da Lei 8.666/93.

1.3 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



CNPJ. 01.623.864/0001-22 **7º Legislatura 2021/2022**

As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta da seguinte Dotação Orçamentária, prevista para o exercício financeiro de 2021 (Dois mil e vinte e um):

Poder Legislativo

01 - Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios.

Dotação Orçamentária: 01.031.0001.2.085.0000- Manutenção da Câmara Municipal

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo

1.4 - DO VALOR

A licitação está dividida conforme tabela constante do Termo de Referência.

- 1.4.1 O preço considerado como estimativa para o objeto da presente licitação foi determinado com base na média aritmética simples das propostas comerciais obtidas na pesquisa de mercado, com base em tal procedimento foi estimado o valor total de **R\$ 31.183,00** (Trinta e Um Mil e Cento e Oitenta e Três Reais), conforme Anexo I, Termo de Referência.
- 1.4.2 A Pesquisa de Preços realizada encontra-se disponível na sala da Comissão Permanente de Licitação CPL, no endereço mencionado no preâmbulo do presente Edital.

2 - DOS ANEXOS

a) Anexo I	Termo de Referência;
b) Anexo II	Modelo de Declaração de Ciência de Cumprimento dos
Requisitos de Habilitação;	·
c) Anexo III	Declaração para Microempresa e Empresa de Pequeno
Porte;	
d) Anexo IV	Formulário Padronizado de Proposta;
e) Anexo V	Modelo de Carta Credencial;
f) Anexo VI	Modelo de Declaração de cumprimento do Inciso
XXXIII do art. 1 - da Constituição Fed	eral;
g) Anexo VII	Minuta do Contrato;
h) Anexo VIII	Modelo de Reguerimento de ampliação de Prazo:

3 - DA PARTICIPAÇÃO

3.1 - Poderão participar deste pregão os interessados que tenham ramo de atividade compatível com o objeto e que atendam às exigências deste Edital, inclusive quanto à documentação e requisitos mínimos de classificação das propostas e seus anexos, e se apresentarem a Pregoeira no dia, hora e local definidos no preâmbulo deste Edital.



CNPJ. 01.623.864/0001-22 **7º Legislatura 2021/2022**

- 3.2- Será vedada a participação, de empresas que se encontrem em uma ou mais das seguintes situações:
- 3.2.1 Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 3.2.2 Estrangeiras que não funcionem no país;
- 3.2.3 Que tenham sido suspensas do direito de licitar por ato da administração deste município ou que tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública em geral, nos termos do artigo 87, IV da Lei 8.666/93;
- 3.2.4 Que tenham sócio-gerente, diretor ou responsável que seja servidor ou dirigente de órgão ou entidade da Administração Pública Municipal;
- 3.2.5 Cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente e compatível com o objeto deste Pregão;
- 3.2.6 Aquelas apresentadas na qualidade de subcontratadas.
- 3.2.7 Que não possuam endereço físico, bem como local e instalações adequadas e compatíveis para o exercício do ramo de atividade da mesma.
- 3.2.8 Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômicas, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, exceto se demonstrando que não agem representando interesse econômico em comum.

4 - DO CREDENCIAMENTO

Antes da abertura dos envelopes, ocorrerá a fase de credenciamento, onde serão vistos e identificados os representantes das licitantes. As licitantes deverão se apresentar junto a Pregoeira por meio de um representante portando os documentos elencados no item 4.1.

- 4.1 A apresentação da Documentação para credenciamento far-se-á da seguinte forma:
- 4.1.1 As licitantes deverão se apresentar junto a Pregoeira por meio de um representante legal, portando seu documento de identidade original ou Cópia do documento de Identidade ou equivalente que possua foto, autenticado conforme o item 4.2 do Edital, munido de Procuração Pública ou Carta credencial, podendo ser utilizado o modelo do Anexo V do Edital, autenticado conforme o item 4.2.1 do Edital, que o nomeie a participar desse procedimento licitatório, em nome da licitante, respondendo por sua representada, comprovando os necessários poderes para formular verbalmente lances de preços, firmarem declarações, desistir ou apresentar razões de recurso, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame.



7ª Legislatura 2021/2022

- 4.1.2 No caso de a empresa ser representada por titular, diretor ou sócio da empresa, deverá apresentar o documento de identidade original ou documento equivalente que possua foto, acompanhado do requerimento de empresário, no caso de empresa individual, ou ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores. Os referidos documentos deverão estar autenticados conforme o item 4.2 do Edital.
- 4.1.3 A empresa licitante que for Micro empresa ME ou Empresa de Pequeno Porte EPP para exercer o direito de preferência, deverá apresentar Declaração de Enquadramento, conforme modelo no Anexo III deste Edital, conforme previsto na Lei Complementar nº 123/2006, acompanhada da certidão simplificada Junta Comercial do estado onde está sediada, ou documento equivalente que comprove a referida condição dentro do prazo de emissão de 60 (sessenta) dias da data da sessão desta licitação.
- 4.2 Os documentos supram referidos poderão ser apresentados por qualquer processo de cópia autenticada, os quais poderão ser autenticados em cartório ou pela Pregoeira ou por membro da CPL Comissão Permanente de Licitação, ou servidor público vinculado a Câmara Municipal, até a data anterior ao certame, exceto as procurações, as quais devem estar de acordo com o item 4.2.1.

Obs: Os documentos apresentados na forma original (exceto os documentos pessoais) no momento do certame poderão ser retidos pela Pregoeira, para oportuna juntada no referido processo, uma vez que não serão autenticados documentos no momento do certame.

- 4.2.1 A carta credencial e a procuração pública ou particular deverão conter assinatura do representante legal da empresa licitante reconhecida em cartório.
- 4.3 Uma vez dado início ao credenciamento no horário previsto no preâmbulo deste Edital, após uma tolerância de 10 (dez) minutos de iniciado o mesmo, não serão mais aceitos novos participantes no certame.
- 4.4 Nenhuma pessoa, ainda que munida de procuração, poderá representar mais de um licitante no presente certame;
- 4.5 O representante credenciado só poderá se ausentar da sessão do referido certame por meio de autorização expressa da Pregoeira.
- 4.6 A empresa licitante que enquadrar-se na hipótese do item 4.1.3 deste Edital e não apresentar a referida declaração no ato do credenciamento, não usufruirá o direito de ME ou EPP. A empresa licitante que não se enquadrar não deverá apresentar a referida declaração de enquadramento, podendo ser responsabilizada sob as penas da Lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro.



7ª Legislatura 2021/2022

- 4.7 A não apresentação ou incorreção nos documentos de credenciamento a que se refere o credenciamento deste Edital, bem como a apresentação de documentos ilegíveis, não excluirá a empresa licitante do certame, mas impedirá o representante de se manifestar e responder pela mesma, e de praticar qualquer outro ato inerente a este certame, ou seja, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de declarar a intenção de interpor recurso e de renunciar ao direito de interposição de recursos. Porém, será mantido o seu preço apresentado na proposta escrita, para efeito de ordenação e apuração do menor preço.
- 4.8 Somente poderão participar da fase de lances verbais os representantes devidamente credenciados e que se façam presentes.
- 4.9 Encerrada a etapa de credenciamento, deverá ser apresentada a Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, conforme modelo do Anexo 11 do presente Edital, a Sessão será declarada aberta.
- 4.11 Em seguida proceder-se-á ao recebimento dos envelopes contendo a proposta de preço e os documentos de habilitação, em envelopes separados, indevassáveis, lacrados e rubricados no fecho.
- **OBS**: Em conformidade com as normas de segurança determinadas pelo Governo do Estado em relação ao COVID-19, segue as medidas de prevenção que serão adotadas na realização do certame:
- I Distância de segurança entre as pessoas, isto é, organização do recinto com distância de 1 (um) a 2 (dois) metros de distância entre os presentes.
- II Uso de equipamentos de proteção individual pelos funcionários, podendo ser máscaras laváveis ou descartáveis;
- III- Intensificação da higienização das áreas de acesso à sala onde as sessões ocorrerão; incluindo o próprio recinto, com intensificação na higienização de superfícies mais tocadas (maçanetas, mesas, cadeiras) dentre outras.
- IV Disponibilização de álcool gel (70° INPM) para todos os presentes no ambiente.

5 - DAS MICRO EPEQUENAS EMPRESAS

Por força da Lei Complementar n® 123/06 - Art. 48 inciso, I e do art. 34 da Lei n 11.488/07, as MEI - Micro Empresas Individuais, microempresas - MEs, as empresas de pequeno porte - EPPs e as Cooperativas a estas equiparadas - COOPs que tenham interesse em participar deste pregão deverão observar os procedimentos a seguir dispostos:

I - As licitantes que se enquadrem na condição de MEI, ME, EPP ou COOP, e que eventualmente possuam alguma restrição no tocante à documentação relativa à regularidade fiscal, deverão consignar tal informação expressamente na declaração prevista no **Anexo III.**



7ª Legislatura 2021/2022

- II No momento da oportuna fase de habilitação, caso a licitante detentora da melhor proposta seja uma MEI, ME, EPP ou COOP, deverá ser apresentada, no respectivo envelope, toda a documentação exigida neste Edital, ainda que os documentos pertinentes à regularidade fiscal apresentem alguma restrição, bem como alguma espécie de documento que venha comprovar sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte.
- III Como critério de desempate será assegurado preferência de contratação para MEI, MEs, EPPs ou COOPs, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas por MEI, MEs, EPPs ou COOPs sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores a melhor proposta classificada.
- 5.1 Para efeito do disposto no item acima, caracterizando o empate, proceder-se-á do seguinte modo:
- I A MEI, ME, EPP ou COOP mais bem classificada terá a oportunidade de apresentar nova proposta no prazo máximo de 10 (dez) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão;
- II A nova proposta de preço mencionada na alínea anterior deverá ser inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que o objeto licitado será adjudicado em favor da detentora desta nova proposta (MEI, ME, EPP ou COOP), desde que seu preço seja aceitável e a licitante atenda às exigências habilitatória;
- III Não ocorrendo à contratação da MEI, ME, EPP ou COOP, na forma da alínea anterior, serão convocadas as MEIs, MEs, EPPs ou COOPs remanescentes, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;
- IV No caso de equivalência de valores apresentados pelas MEIs, MEs, EPPs e COOPs, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar a melhor oferta;
- V) O objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame; se a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por MEI, ME, EPP ou COOP.
- 5.2 Por fim caso seja necessário se cumprirá o que se determina no Art. 43 da Lei 123/06. As microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação da regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição. §1º Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. A não regularização no devido prazo implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das



CNPJ. 01.623.864/0001-22 **7º Legislatura 2021/2022**

sanções, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogara licitação.

6 - DA PROPOSTA DE PREÇOS

A proposta de preços deverá ser apresentada em envelope lacrado, trazendo em sua parte externa as seguintes informações:

Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios – MA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021
ENVELOPE Nº 01 - PROPOSTA DE PREÇOS
Avenida Rio Branco, S/N, Centro - Vila Nova dos Martírios – MA. CEP 65.924-000
(Razão Social do Licitante, CNPJ e endereço)
(A proposta poderá ser apresentada encadernada e numerada)

- 6.1 Acompanha este ato convocatório, FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA ANEXO IV, que o licitante preencherá e inserirá no envelope nº 01. Devendo ser digitada ou impressa em uma via, redigida com clareza em língua portuguesa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, devidamente datada e assinada na última folha e rubricada nas demais por pessoa juridicamente habilitada pela empresa; a empresa tem o prazo de cinco dias úteis para entregar a proposta realinhada após apuração do Mapa de Preços.
- 6.2 A não apresentação da Declaração ou Certidão prevista no **Anexo III** significa renúncia expressa e consciente da licitante, que optou por não utilizar os benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações.
- 6.3 Os Envelopes não abertos ficarão sob a guarda da Pregoeira, até o final do certame.
- 6.4 Não será admitida a entrega de apenas um envelope.
- 6.5 Caso a empresa licitante seja isenta de algum documento exigido no presente Edital, deve a mesma fazer prova à exigência, dentro do envelope, através de declaração do órgão expedidor do aludido documento.
- 6.6 É vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da documentação.
- 6.7 Do formulário de proposta deverão constar, apostos nos campos próprios:
- I Dados cadastrais;
- II Assinatura do representante legal no caso de pessoa jurídica;
- III indicação do preço unitário por item em reais e preço global em reais e por extenso;
- IV Indicação do número do CNPJ, através do respectivo carimbo;
- 6.8 Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas tais como:



Custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, produtos, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro, transporte e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos.

- 6.9 Os preços ofertados deverão ser equivalentes aos praticados no mercado, na data da apresentação da proposta.
- 6.10 A apresentação da proposta implicará, por si só, na aceitação tácita de todas as cláusulas deste Edital e dos termos da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal 8.666/93, no que couber, e demais normas complementares.
- 6.11 Na hipótese de o procedimento licitatório vir a sofrer suspensão, o prazo de validade da proposta de preços fica automaticamente prorrogado por igual número de dias em que o referido processo permanecer suspenso.
- 6.12 Os quantitativos constantes no Termo de Referência são estimativos, não cabendo à Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios o compromisso de adquiri-los em sua totalidade.
- 6.13 Os preços ofertados permanecerão fixos e irreajustáveis, salvo hipóteses de manutenção do equilíbrio econômico financeiro nos termos da alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei 8.666/93, que deverá ser comprovado pelo contratado e aprovado pelo contratante.
- 6.14 Na hipótese de o procedimento licitatório vir a sofrer suspensão, o prazo de validade da proposta de pecos fica automaticamente prorrogado por igual período em que o referido processo permanecer suspenso.

7 - DA ACEITAÇAO TACÍTA

- 7.1 A Câmara emitirá uma ordem de Fornecimento.
- 7.2 O prazo de validade da proposta será de <u>60 (sessenta)</u> dias, contados a partir da data de entrega da mesma;
- 7.3 Uma vez abertas as propostas, não serão admitidos cancelamentos, retificações de preços, alterações ou alternativas nas condições/especificações estipuladas. Não serão consideradas as propostas que contenham entrelinhas, emendas, rasuras ou borrões;
- 7.4 Quaisquer tributos, custos e despesas diretos ou indiretos omitidos na proposta ou incorretamente cotados serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a qualquer título.
- 7.5 O não atendimento de qualquer exigência ou condição deste Edital, observadas as condições previstas neste Edital implicará na desclassificação do licitante;



7ª Legislatura 2021/2022

- 7.6 Caso os prazos de validade da Proposta e de execução, sejam omitidos na Proposta de Preços, a Pregoeira entenderá como sendo igual ao previsto no item 7.2.
- 7.7 Somente serão aceitos os preços unitários e preços totais/globais que estiverem, após a fase de lance/negociação, iguais ou inferiores aos preços estimados/orçados por esta Câmara Municipal.
- 7.9 Prazo de entrega de acordo com o estabelecido no Termo de Referência, **ANEXO I** do presente Edital, que se dará de forma parcelada.
- 7.10 A classificação das Propostas será efetuada pelo critério de MENOR PREÇO "Por item".
- 7.11 Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, estes serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.
- 7.12 O produto deverá ser entregue no imóvel da Câmara Municipal.
- 7.13 O produto deverá ser entregue em um prazo pré-estabelecido pela Administração desta Casa, a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento, expedida pela Câmara Municipal.

8 - DA HABILITAÇÃO

A documentação de habilitação deverá ser apresentada em envelope lacrado, trazendo em sua parte externa os dizeres abaixo e a seguinte documentação:

Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios – MA
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO
Avenida Rio Branco, S/N, Centro - Vila Nova dos Martírios – MA. CEP 65.924-000
(Razão Social do Licitante, CNPJ e endereço)
(A proposta poderá ser apresentada encadernada e numerada)

- 8.1.- Na fase de Habilitação, o Licitante deverá apresentar os seguintes documentos: (art. 27 da Lei Federal 8.666/93).
 - Habilitação jurídica;
 - Qualificação Técnica;
 - Qualificação econômico-financeira;
 - Regularidade Fiscal e trabalhista;
 - Cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do art. 7 da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1.999).
- 8.1.1 Habilitação Jurídica: (art. 28 da Lei 8.666/93);



- I Cédula de identidade;
- II Registro comercial, no caso de empresa individual;
- III Ato constitutivo. Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- IV Inscrição do Ato Constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- V Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- 8.1.2 Regularidade Fiscal e Trabalhista (art. 29 da Lei 8.666/93):
- I Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- II Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver relativo à sede do licitante, pertinente ao ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- III Prova de regularidade coma Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual (Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Estado) e Municipal (Certidão Negativa de Débitos e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município), do domicílio ou sede do Licitante, ou outra equivalente na forma da lei.
- IV Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de regularidade do FGTS CRF.
- V Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT).
- 8.1.3 Qualificação Técnica (art. 30 da Lei 8.666/93):
- I Apresentação de, no mínimo, um atestado/declaração de capacidade técnica, comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, ou seja, compatível com o objeto desta licitação, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que o licitante forneceu ou está fornecendo produto da mesma natureza ou similares aos da presente licitação. O atestado deverá ser impresso em papel timbrado do emitente, constando seu CNPJ e endereço completo, devendo ser assinado por seus sócios, diretores, administradores, procuradores, gerentes ou servidor responsável, com expressa indicação de seu nome completo e cargo/função.



7º Legislatura 2021/2022

- 8.1.4 Qualificação Econômico-financeira (art. 31 da Lei 8.666/93):
- I Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de três meses da data de apresentação da proposta;
- II Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;
- III As empresas que apresentarem índices iguais ou inferiores a 01 (um) deverão comprovar sua qualificação econômico-financeira mediante capital ou patrimônio líquido mínimo de 10%, calculado sobre o valor total cotado pela licitante, devendo esta comprovação constar no Envelope nº 02, conforme determinam os Parágrafos 2º e 3 do Art. 31 da Lei 8.666/93;
- IV As empresas com menos de um exercício financeiro devem cumprir a exigência deste item mediante apresentação de **Balanço de Abertura** ou do último Balanço Patrimonial levantado, conforme o caso.
- 8.1.5 Declaração do licitante de que cumpre o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, nos moldes do Anexo VI.

9 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

- 9.1 Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, os quais farão parte do processo licitatório, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou publicação em órgão da imprensa oficial, observados sempre os respectivos prazos de validade; ou por autenticação pela CPL Comissão Permanente de Licitação, conforme o item 4.2 deste Edital.
- 9.2 Os documentos apresentados devem estar com seu prazo de validade em vigor. Se este prazo não constar do próprio documento ou de lei específica, será considerado o prazo de validade de 60 (sessenta) dias, a contar de sua expedição.
- 9.3 A falta de qualquer dos documentos exigidos neste Edital poderá implicar na inabilitação da licitante, será analisado a concessão de prazo para a complementação da documentação exigida, caso seja a planilha vencedora.
- 9.4 No caso de todas as licitantes serem inabilitadas a Pregoeira poderá conceder o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação escoimada defeitos motivadores de sua inabilitação, com base legal no art. 48 § 3-, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 9.5 Não serão aceitos documentos cujas datas e caracteres estejam ilegíveis ou rasurados de tal forma que não possam ser entendidos.



7ª Legislatura 2021/2022

9.6 - Todos os documentos expedidos pelo licitante deverão estar subscritos por seu representante legal ou procurador, com identificação clara do subscritor.

10 - DO PROCEDIMENTO E JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

- 10.1 O Pregão realizar-se-á de acordo com a legislação vigente, as disposições já consignadas no presente Edital, e as que seguem:
- 10.2 No dia, hora, e local designado neste Edital, os licitantes deverão comprovar à Pregoeira a representação para a prática dos atos deste certame.
- 10.3 Aberta a sessão pública do Pregão, com a conferência dos documentos de credenciamento das interessadas, serão recebidos pela Pregoeira os envelopes PROPOSTA DE PREÇOS e DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO.
- 10.4 Após a entrega dos envelopes não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo, decorrente de fato superveniente e aceito pela Pregoeira.
- 10.5 Verificada a regularidade formal dos envelopes, estes serão rubricados pelos membros da Equipe de Apoio, Pregoeira e representantes dos licitantes. Os participantes deverão entregar a Pregoeira a declaração nos moldes do Anexo II. Em prosseguimento, a Pregoeira procederá à abertura dos envelopes nº 01 (PROPOSTA DE PREÇOS), e seus conteúdos analisados pela Pregoeira e Equipe de Apoio, no que tange a sua conformidade com os requisitos estabelecidos neste instrumento convocatório.
- 10.6 Considerar-se-á que os preços fixados pela licitante são completos e suficientes para assegurar a justa remuneração pelo fornecimento do objeto desta licitação, incluindo todos os tributos e demais despesas, seja qual for o seu título ou natureza, tais como fretes, encargos sociais, trabalhistas e fiscais, despesas de transporte, locomoção, alimentação e quaisquer outras, segundo a legislação em vigor, devendo o preço ofertado corresponder, rigorosamente, às especificações do objeto licitado.
- 10.7 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências essenciais deste Edital e seus anexos, considerando-se como tais as que não possam ser atendidas na própria sessão pelo licitante, por simples manifestação de vontade de seu representante.
- 10.8 As demais propostas serão classificadas provisoriamente em ordem crescente de preços.
- 10.9 As licitantes selecionadas para a fase de lances serão convidadas, de forma sequencial, a apresentar lances verbais a partir do autor da Proposta selecionada de maior preço, em ordem decrescente de valor.



CNPJ. 01.623.864/0001-22 7ª Legislatura 2021/2022

- 10.10 A simples irregularidade formal, que evidencie lapso isenta de má-fé, e que não afete o conteúdo ou a idoneidade da proposta **não será causa de desclassificação.**
- 10.11 A Pregoeira abrirá oportunidade para o oferecimento de sucessivos lances verbais aos representantes dos licitantes cujas propostas estejam classificadas no intervalo compreendido entre o menor preço e o preço superior àquele em até 10% (dez por cento], repetindo-se o procedimento para cada uma das propostas classificadas.
- 10.12 A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra ao licitante, na ordem decrescente dos preços;
- 10.13 Não se admitirá Proposta que apresentar preços globais ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem ao produto de propriedade da própria licitante, para os quais ela renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 10.14 No caso de divergência entre o valor numérico e o por extenso informado pelo licitante, prevalecerá este último, e entre o valor unitário e o global, se for o caso, prevalecerá o unitário.
- 10.15 A Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios MA, poderá realizar diligências nas dependências da licitante classificada em primeiro lugar, para averiguação da real possibilidade de a mesma atender a este Edital, no que se refere às instalações físicas e estrutura.
- 10.16 Quando não forem verificadas no mínimo 3 (três) propostas de preços nas condições definidas nos subitens anteriores, serão chamadas a dar lances verbais os representantes dos licitantes que apresentaram as melhores propostas, até o máximo de 3 (três), quaisquer que sejam os preços ofertados.
- 10.17 A Pregoeira abrirá oportunidade para a repetição de lances verbais, respeitadas as sucessivas classificações provisórias, até o momento em que não sejam ofertados novos lances de preços menores aos já existentes.
- 10.18 Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes deste Edital.
- 10.19 Havendo absoluta igualdade de valores entre duas ou mais propostas classificadas, após os lances verbais, se for o caso, a Pregoeira procederá ao desempate, na mesma sessão e na presença de todas as demais licitantes presentes, através de sorteio.
- 10.20 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances.



7ª Legislatura 2021/2022

- 10.21 Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:
- a) A Pregoeira convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam iguais ou superiores até 5% (cinco por cento) ao valor da proposta melhor classificada, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de cinco minutos, sob pena de preclusão do direito de preferência.
- b). Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte.
- c). Caso a detentora da melhor oferta, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.
- d) A Pregoeira poderá negociar diretamente com o licitante que ofertou o menor preço para que seja obtido preço melhor. Nesta oportunidade será verificada a compatibilidade do menor preço alcançado, com os parâmetros de preços definidos pela Administração.
- e). Concluída a fase de classificação das propostas, será aberto o envelope de documentação para habilitação do licitante classificado em primeiro lugar.
- f) Estando a documentação de habilitação incorreta ou contrariando qualquer dispositivo deste Edital e seus Anexos, a Pregoeira considerará o licitante inabilitado, se tratando de Microempresas e empresas de pequeno porte ficam amparadas pelo que preceitua o art. 43 § 1º e 2º <u>Lei Complementar Nº 123, de 14 de Dezembro de 2006</u> sendo observados todos os direitos a elas concedidos.
- g). Sendo considerado inabilitado o licitante cuja proposta tenha sido classificada em primeiro lugar, a Pregoeira prosseguirá na abertura do envelope de documentação de habilitação do licitante classificado em segundo lugar, e assim sucessivamente, se for o caso, até a habilitação de um dos licitantes classificados, sem prejuízo de nova análise e negociação dos preços ofertados.
- h). Constatando-se o atendimento das exigências fixadas no Edital, o licitante classificado e habilitado, será declarado vencedor do certame, abrindo-se, neste momento, a oportunidade para manifestação da intenção de interpor recurso aos licitantes, nos termos deste Edital.
- i). Na ausência de recursos ou decididos estes, observados os trâmites legais, será adjudicado o objeto da licitação ao licitante vencedor do certame.



7ª Legislatura 2021/2022

- j). Os envelopes contendo a "Documentação para Habilitação" dos licitantes desclassificados serão devolvidos aos seus representantes na própria sessão, salvo se houver, no momento oportuno, manifestação de interesse de interpor recurso, hipótese em que ficarão retidos com a Pregoeira, até ulterior deliberação.
- k). Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a Pregoeira poderá fixar aos licitantes o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação ou de outras propostas que não contenham as irregularidades que geraram a inabilitação ou a desclassificação, conforme preceitua o Parágrafo 3º do Art. 48 da Lei Federal n.º 8.666/93.
- 10.22 Poderá a Pregoeira: Advertir os licitantes, definir tempo para os lances verbais, permitir ou não a utilização de aparelhos celulares, suspender e recomeçar o pregão convidar a se retirar do local qualquer pessoa que atrapalhe ou perturbe a sessão.
- 10.23 Da sessão pública deste Pregão, lavrar-se-á ata circunstanciada na qual serão registrados todos os atos praticados, a qual, após ciência dos interessados, deverá ser assinada pela Pregoeira, demais membros da Equipe de Apoio e pelos licitantes presentes.

11 - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 11.1 Declarado o vencedor, os licitantes presentes poderão manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, sendo concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões, ficando os demais licitantes intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, contados a partir do término do prazo do(s) recorrente(s), independentemente de qualquer comunicado, sendo-lhes assegurada vista dos autos.
- 11.2 As razões de recurso deverão ser protocolizadas, no prazo supra, junto ao Setor de Licitações, no endereço indicado no preâmbulo do presente, nos dias úteis, das 08h00min as 12h00min, sob pena de configurar-se a desistência da intenção de recurso manifestada na sessão pública.
- 11.3 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante na sessão pública do pregão importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pela Pregoeira ao licitante vencedor e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.
- 11.4 Interposto o recurso, a Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 11.5 O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.



- 11.6 Não havendo manifestação de recurso, a Pregoeira estará autorizada a adjudicar o objeto da licitação à(s) proponente(s) vencedora(s) e submeterá o processo à apreciação da autoridade superior, que poderá homologar revogar ou anular o procedimento licitatório.
- 11.7 Ocorrendo a manifestação de interposição de recurso, caberá à autoridade competente a adjudicação e homologação da licitação.
- 11.8 A homologação será feita pelo **MENOR PREÇO "Por Item"**, de acordo com os fatores exclusivamente referidos neste Edital.

12 - DA CONTRATAÇÃO

- 12.1 Para a execução do objeto deste Edital será lavrado Contrato entre a Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios MA em favor da (s) empresa (s) adjudicada, nos termos do Art. 54 e seguintes da Lei 8.666/93, com vigência até 31/12/2021, consoante minuta em anexo, podendo ser prorrogado por igual período na forma do Art. 57 da Lei 8.666/93.
- 12.2 As despesas relativas a este Edital correrá à conta da dotação especificada no item 1.3 deste Edital.
- 12.3 Homologada a Licitação, a Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios MA, convocará, no prazo de até 10 (dez) dias úteis, a (s) empresa (s) adjudicada para promover a assinatura do contrato e logo após de acordo a necessidade receber a ordem de Fornecimento.
- 12.4 Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto da presente licitação.
- 12.5 A licitante vencedora se obriga a aceitar acréscimos ou supressões de Fornecimentos até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor global da proposta.

13 - DO PAGAMENTO

- 13.1 O pagamento será mediante empenho, a vista, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, após a execução do objeto, desde que não fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada por servidor competente, acompanhada das certidões de regularidade fiscal: CND de FGTS, INSS, e Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal e CNDT e com datas atualizadas.
- 13.2 O não cumprimento do subitem anterior implicará na sustação do pagamento que só será processado após a apresentação das referidas certidões negativas, não podendo ser considerado atraso de pagamento.



CNPJ. 01.623.864/0001-22 7ª Legislatura 2021/2022

13.3 - Nenhum pagamento se fará sem que a firma adjudicatária tenha recolhido valor de multa, eventualmente aplicada.

14 – DAS SANÇÕES

- 14.1 No caso de inadimplemento na execução total ou parcial do avençado, bem como no atraso na execução contratual, o adjudicatário ficará sujeito às penalidades abaixo relacionadas, garantida prévia defesa em regular processo administrativo:
- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar de licitações e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios MA;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.
- 14.2 O atraso na execução/entrega do objeto da presente licitação, implicará na incidência de multa de 1% (um por cento) por dia, calculada sobre o valor total do contrato, até o limite de 30% (trinta por cento) do respectivo valor;
- a). Caso o atraso seja superior a dois dias úteis restará caracterizado o descumprimento total da obrigação contratual, cabendo à Administração Pública promover as medidas cabíveis;
- 14.3 -O descumprimento total da obrigação assumida, bem assim a recusa em assinar o instrumento contratual e ainda a recusa em entregar o objeto licitado implicará na incidência de multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato/proposta, bem como a aplicação das demais sanções estabelecidas;
- 14.4 A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte do adjudicatário, na forma da Lei;
- 14.5 Os valores resultantes da aplicação das multas previstas serão cobrados pela via administrativa, devendo ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data de recebimento da comunicação, ou, se não atendido, judicialmente, pelo rito e com os encargos da execução fiscal, assegurado o contraditório e ampla defesa;
- 14.6 O licitante que ensejar o retardamento da execução da licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o devido processo legal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação



CNPJ. 01.623.864/0001-22 7ª Legislatura 2021/2022

perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas neste edital e das demais cominações legais;

15 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 15.1 Executar/entregar o objeto conforme especificações definidas no presente Termo de Referência, não podendo nunca ser inferior a esta;
- 15.2 Manter capacidade mínima de execução para atender as demandas contratadas;
- 15.3 Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Câmara Municipal, relacionados com as características do objeto;
- 15.4 Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos serviços que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários;
- 15.5 Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;
- 15.6 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contratos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;
- 15.7 Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.
- a). Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.
- 15.8 Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução do objeto pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar a execução, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar os serviços empregados que julgar inadequados;
- 15.9 Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 15.10 Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento;



CNPJ. 01.623.864/0001-22 **7º Legislatura 2021/2022**

- 15.11 Substituir os serviços reprovadas na aceitação, dentro do prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem ônus para a CONTRATANTE;
- 15.12 Aceitar os Termos e Condições do Pregão de acordo com a Legislação Vigente e com o instrumento pactuado no Termo de Referência;
- 15.13 Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes do contrato sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.
- 15.14 Arcar com todas as despesas relacionadas à execução/entrega do objeto, tais como seguro, impostos, taxas e outros.
- 15.15 Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto deste termo, nem CAUCIONA-LO ou utilizá-lo para quaisquer operações financeiras, necessitando, nos dois casos, de prévia e expressa anuência da **administração desta Câmara Municipal**;
- 15.16 Responsabilizar-se por quaisquer acidentes de trabalho de que venham a ser vítimas seus empregados, quando em serviço. Responsabilizar-se pelos danos causados ao patrimônio desta **Câmara Municipal**, por culpa, dolo, negligência ou imprudência de seus empregados, ficando obrigada a promover o ressarcimento a preços atualizados, dentro de 30 (trinta) dias contados da comprovação de sua responsabilidade. Caso não o faça dentro do prazo estipulado, a **Câmara Municipal** reserva-se ao direito de descontar o valor do ressarcimento da fatura do mês, sem prejuízo de outras sanções legalmente previstas;

16 – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 16.1 Nomear Gestor e/ou Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos;
- 16.2 Vetar o emprego de qualquer produto que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos usuários;
- 16.3 Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas;
- 16.4 Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 16.5 Preencher e enviar a Ordem de Serviço de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência;
- 16.6 Recusar com a devida justificativa qualquer serviço entregue fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA;



CNPJ. 01.623.864/0001-22 **7º Legislatura 2021/2022**

- 16.7 Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;
- 16.8 Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução/entrega do objeto;
- 16.9 Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as Obrigações Contratuais;

17 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

- 17.1 Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a data fixada para o recebimento das propostas, nos termos do Art. 41 § 2º da Lei 8.666/93.
- 17.2 Quando o deferimento da impugnação, implicar alteração do edital, capaz de afetar a formulação das propostas será designada nova data para a realização do certame.
- 17.3 A Impugnação feita tempestivamente pelo licitante, não o impedirá de participar deste certame.
- 17.4 Até 2 [dois) dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, qualquer pessoa física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão Presencial.
- 17.5 Os recursos e contrarrazões de recurso, bem como a Impugnação ao Edital deverão ser dirigidos a Pregoeira e protocolados junto à Comissão Permanente de Licitação CPL, cabendo a Pregoeira receber, examinar, e submetê-los a autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.
- 17.6 A participação nesta licitação implica na aceitação plena e irrevogável das respectivas exigências e condições;
- 17.7 Ficam os Licitantes cientes que a simples apresentação da proposta implica na aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital, não podendo invocar nenhum desconhecimento, como elemento impeditivo da formulação de sua proposta ou do perfeito cumprimento do ajuste.
- 17.8 No caso de interposição de recurso (s), depois de proferida a decisão quanto ao mesmo, à autoridade incumbida da decisão adjudicará o objeto licitado;
- 17.9 A Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios/MA poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado,



7º Legislatura 2021/2022

pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

- 17.10 Decairá do direito de impugnar os termos deste edital o interessado que, tendo-o aceito sem objeção, venha, após julgamento desfavorável, apresentar falhas ou irregularidades que o viciem;
- 17.11 As normas disciplinadoras desta licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação;
- 17.12 Em caso de discrepância entre os anexos e o Edital, prevalecerá à redação deste instrumento convocatório;
- 17.13 As decisões da Pregoeira, bem como os demais atos de interesse dos licitantes, serão publicados na Imprensa Oficial, caso não possam ser feitas diretamente aos seus representantes.
- 17.14 Na hipótese de o processo licitatório vir a ser interrompido, o prazo de validade das propostas fica automaticamente prorrogado por igual número de dias em que o feito estiver suspenso.
- 17.15 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o dia do vencimento.
- 17.18 O Edital E seus anexos poderão ser consultados ou obtidos gratuitamente, mediante solicitação a Pregoeira, estando disponível para atendimento em dias úteis, das 08h00min às 12h00min, na sede da Comissão Permanente de Licitações, na Avenida Rio Branco, S/N, Centro, Vila Nova dos Martírios/MA e no portal da Transparência da Câmara Municipal de Vila Nova (www.cmvilanovadosmartirios.ma.gov.br).

18 - DO FORO

18.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Imperatriz - MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos deste Edital, caso não sejam dirimidas amigavelmente.

Vila Nova dos Martírios – MA, 10 de março 2021.

PREGOEIRA E EQUIPE DE APOIO



7ª Legislatura 2021/2022

Daiane Alves M	artins Oliveira – Pregoeira
Raimunda Sousa	Da Silva – Equipe de Apoio
CÂMARA MUNICIPA	AL DE VILA NOVA DOS MARTÍRIOS



CNPJ. 01.623.864/0001-22 **7ª Legislatura 2021/2022**

PREGÃO PRESENCIAL 001/2021 ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO:

1.1. Este Termo pretende oferecer subsídios iniciais para a realização de procedimento licitatório, com vistas à contratação de empresa para fornecimento de material de expediente, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios - MA.

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. A licitação visa melhor planejamento de custos, maior economicidade, melhor otimização de pessoal e praticidade nos eventos realizados por esta Câmara Municipal, evitando compras de última hora, deslocamento de servidores e gastos emergenciais. Selecionando a proposta mais vantajosa para a Administração desta casa que será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, conforme art.3 da lei 8.666/93.

3. VALOR ESTIMADO:

3.1. Estima-se o valor de **R\$ 31.183,00** (Trinta e Um Mil e Cento e Oitenta e Três Reais), considerado como estimativa para o objeto do presente termo de referência, determinado com base na média aritmética simples dos orçamentos recebidos.

4. ESPECIFICAÇÕES, QUANTITATIVOS:

- 4.1. A quantidade dos produtos indicado neste Termo de Referência é apenas estimativa de consumo e será solicitada de forma parcelada, podendo ser utilizada no todo ou em parte de acordo com as necessidades identificadas pela Câmara Municipal.
- 4.2. As especificações, quantitativos dos produtos a serem adquiridos, e demais exigências, são as seguintes:

MATERIAL DE EXPEDIENTE:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UND.	QUANT.	VL. UNIT. R\$	VL. TOTAL R\$
1.	BLOCO RECADO, PAPEL, 76 MM, 102 MM, AUTO- ADESIVO REMOVÍVEL, POST-IT 657, BLOCO COM 100 FOLHAS		100	R\$ 4,06	R\$ 405,67



CNPJ. 01.623.864/0001-22 7º Legislatura 2021/2022

	/= Legisiatura 2021,	2022			
2.	BORRACHA APAGADORA ESCRITA, BORRACHA, 32 MM, 23 MM, 7 MM, BRANCA, MACIA	CX.	10	R\$ 17,64	R\$ 176,40
3.	CALCULADORA PORTÁTIL DIGITAL, BATERIA, VISOR COM 12 DÍGITOS.	UND.	15	R\$ 21,33	R\$ 320,00
4.	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO DE PLÁSTICO CRISTAL TRANSPARENTE SEXTAVADO COM FURO DE RESPIRAÇÃO LATERAL NO CENTRO, COM CARTUCHO REMOVÍVEL DE ENCAIXE, ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TINTA AZUL, DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS BIC OU FABER CASTE LCX C/50 UND	CX.	40	R\$ 37,67	R\$ 1.506,67
5.	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO DE PLÁSTICO CRISTAL TRANSPARENTE SEXTAVADO COM FURO DE RESPIRAÇÃO LATERAL NO CENTRO, COM CARTUCHO REMOVÍVEL DE ENCAIXE, ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TINTA PRETA, DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS BIC OU FABER CASTEL CX C/50 UND.	CX.	40	R\$ 37,67	R\$ 1.506,67
6.	CANETA ESFEROGRÁFICA, CORPO DE PLÁSTICO CRISTAL TRANSPARENTE SEXTAVADO COM FURO DE RESPIRAÇÃO LATERAL NO CENTRO, COM CARTUCHO REMOVÍVEL DE ENCAIXE, ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TINTA VERMELHA, DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR AS MARCAS BIC OU FABER CASTEL CX C/ 50 UND.	CX.	20	R\$ 37,67	R\$ 753,33
7.	CLIPS, NIQUELADOS, TAMANHO 2/0, CX C/ 100 UNID.	CX.	160	R\$ 3,37	R\$ 538,67
8.	CLIPS, NIQUELADOS, TAMANHO 3/0, CX C/ 50 UNID.	CX.	120	R\$ 3,27	R\$ 392,00
9.	CLIPS, NIQUELADOS, TAMANHO 6/0, CX C/ 50 UNID.	CX.	100	R\$ 4,93	R\$ 493,33
10.	CLIPS, NIQUELADOS, TAMANHO 8/0, CX C/ 25 UNID.	CX.	20	R\$ 4,18	R\$ 83,67
11.	COLA BRANCA LIQUIDA ESCOLAR, PESO 90G, COM SOLVENTE À BASE DE ÁGUA, IDEAL PARA USO EM PAPEL, TECIDO, MADEIRA, NÃO DEVENDO SER USADA EM APLICAÇÕES INDUSTRIAIS.	UND.	20	R\$ 2,58	R\$ 51,53
12.	CORRETIVO LIQUIDO, A BASE DE AGUA, SECAGEM RÁPIDA, INODORO, ATÓXICO, MULTIUSO, PARA CORREÇÃO DE QUALQUER TIPO DE ESCRITA, FRASCO CONTENDO 18ML, VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES.	UND.	50	R\$ 1,23	R\$ 61,67
13.	ESTILETE COM CABO EM PLÁSTICO RÍGIDO, LÁMINA DE AÇO CABORNO DE 18 MM DE LARGURA, AVANÇO GRADUÁVEL COM TRAVA DE SEGURANÇA	UND.	15	R\$ 2,25	R\$ 33,70
14.	EXTRATOR DE GRAMPO; ESPÁTULA GALVANIZADO	UND.	15	R\$ 3,72	R\$ 55,80
15.	FITA ADESIVVA; LARGURA DE 48MMX30M;	UND.	20	R\$ 4,38	R\$ 87,67



CNPJ. 01.623.864/0001-22 7ª Legislatura 2021/2022

	7- Legislatula 2021				
16.	GRAMPEADOR DE MESA, PEQUENO, COM REDUTOR DE ESFORÇO, PARA GRAMPOS 26/6, CAPACIDADE DE GRAMPEAR 25 FOLHAS 75G/M2	UND.	15	R\$ 17,19	R\$ 257,90
17.	GRAMPO PARA GRAMPEADOR 26/6 GALVANIZADO CX COM 5000 UNIDADES	CX.	30	R\$ 5,43	R\$ 163,00
18.	LIVRO ATA, CAPA DURA, OFÍCIO, COR PRETO, 100 FOLHAS	UND.	20	R\$ 11,73	R\$ 234,67
19.	LIVRO PROTOCOLO DE CORRESPONDÊNCIAS, CAPA DURA, COM 104 FOLHAS, DIMENSÕES 153X216	UND.	10	R\$ 12,20	R\$ 122,00
20.	CAIXA CORRESPONDÊNCIA, ACRÍLICO, FUMÊ, DUPLA, 370 MM, 255 MM, 100 MM ARTICULAÇÃO METÁLICA	UND.	15	R\$ 40,00	R\$ 600,00
21.	PAPEL A4 – TAMANHO 210 X 297MM, GRAMATURA 75G/M², BRANCO, CAIXA COM 10 RESMAS, CADA EMBALAGEM DA RESMA COM 500 FOLHAS	CX.	30	R\$ 216,67	R\$ 6.500,00
22.	PASTA DOCUMENTO, MATERIAL EM POLIPROPILENO TRANSPARENTE, TAMANHO OFÍCIO, SEM ABA E COM GRAMPO TRILHO PLÁSTICO, CORES VARIADAS	UND.	150	R\$ 3,18	R\$ 477,50
23.	PASTA MOLHA DEDOS PARA MANUSEAR PAPÉIS, NÃO TOXICO	UND.	40	R\$ 2,93	R\$ 117,33
24.	PASTA REGISTRADORA A/Z OFÍCIO 34,5 X 28,5 X 7,3 CM, 2 ARGOLAS COM MECANISMO NIQUELADO, COR PRETA OU TIGRADO	UND.	150	R\$ 17,30	R\$ 2.595,00
25.	PEN DRIVE; CAPACIDADE 16GB	UND.	30	R\$ 35,33	R\$ 1.060,00
26.	PEN DRIVE; CAPACIDADE 8GB	UND.	30	R\$ 22,33	R\$ 670,00
27.	PERFURADOR DE PAPEL METÁLICO, PARA 2 FUROS, CAPACIDADE MÍNIMA DE PERFURAR 25 FOLHAS, 75G/M2, DIÂMETRO DE FURO 6MM, DISTÂNCIA ENTRE OS FUROS 80MM COM APARADOR DE RESÍDUO DE PAPEL	UND.	10	R\$ 25,00	R\$ 250,00
28.	PILHAS; TAMANHO AA 1.2 OU 1.5 VOLTS PCT COM 4 UNIDADES	PCT.	150	R\$ 5,33	R\$ 800,00
29.	PILHAS; TAMANHO AA 1.2 OU 1.5 VOLTS PCT COM 4 UNIDADES	PCT.	150	R\$ 5,33	R\$ 800,00
30.	PINCEL MARCA TEXTO, PONTA CHANFRADA, COR VERDE CX COM 12 UNIDADES	CX.	20	R\$ 25,00	R\$ 500,00
31.	RÉGUA EM POLIESTIRENO, TRANSPARENTE 30 CM, PLÁSTICO FLEXÍVEL	UND.	50	R\$ 2,47	R\$ 123,33
32.	TESOURA PROFISSIONAL, USO GERAL, MEDINDO 21 CM, LÂMINA EM AÇO INOX, CABO PLÁSTICO REFORÇADO	UND.	5	R\$ 7,77	R\$ 38,83
33.	CARTUCHO PRETO REF. NR. 901 IMPRESSORA HP OFFICE JET J4660	UND.	20	R\$ 134,33	R\$ 2.686,67
34.	CARTUCHO COLLOR REF. NR. 901 IMPRESSORA HP OFFICE JET J4660	UND.	20	R\$ 238,67	R\$ 4.773,33



CNPJ. 01.623.864/0001-22 7ª Legislatura 2021/2022

35. PO TONEK IMPREOSSAKA BROTHEK IN 850 UND. 16 K\$ 121,67 K\$ 1.946,6	35.	PÓ TONER IMPREOSSARA BROTHER TN 850	UND.	16	R\$ 121,67	R\$ 1.946,67
--	-----	-------------------------------------	------	----	------------	--------------

5. DO PRAZO, LOCAL E DEMAIS CONDIÇÕES DE ENTREGA RERECEBIMENTO DO OBJETO

- 5.1- O fornecimento será feito de forma parcelada, devendo ser efetuada em até 08 (oito) dias úteis a contar da data de recebimento da Ordem de Fornecimento.
- 5.2 Os prazos de entrega do objeto poderão ser prorrogados, a critério da Câmara Municipal, desde que a Contratada formalize o pedido por escrito e fundamentado em motivos de caso fortuito, sujeições imprevistas e/ou de força maior, observado o art. 57, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.
- 5.3. Os produtos serão requisitados e entregues, conforme cronograma fornecido pela Câmara Municipal.
- 5.4. As contratações do objeto constantes do presente Termo de Referência ocorrerão de acordo com as necessidades e conveniências da Requisitante, mediante a realização de **Contrato** e posterior **Ordem de Fornecimento** acompanhada da respectiva **Nota de Empenho.**
- 5.5. É de responsabilidade do licitante (s) vencedor (es) a substituição dentro de mínimo 05 (cinco) dias corridos, depois do comunicado de qualquer produto fora das especificações, deteriorados, avariados ou danificados e inclusive se constatados danos nas embalagens, por outro de qualidade superior, sem qualquer ônus.
- 5.6. Os produtos serão entregues no Prédio Câmara Municipal.
- 5.7. A entrega deverá ser por conta e risco da (s) Licitante (s) vencedor (es), nas quantidades solicitadas e deverão estar obrigatoriamente acompanhadas dos competentes documentos fiscais, discriminando os produtos e seus respectivos valores.
- 5.8. A empresa vencedora no processo de licitação deverá fornecer os produtos de boa qualidade, perfeito estado e pronto para uso imediato.
- 5.9. Os produtos deverão estar em conformidade com art. 31, do Código de Defesa do Consumidor, no que diz respeito às suas características com; qualidade, quantidade, composição, garantias, prazo de validade e origem, e outros dados, bem como os riscos que apresentam a sua estocagem e a segurança dos consumidores.
- 5.9.1. Não serão aceitos produtos que apresentem avarias de qualquer natureza, vícios de qualidade ou quantidade decorrentes de fabricação ou de transporte inadequado.
- 5.10. É de inteira responsabilidade do Fornecedor no momento da entrega, o descarregamento dos produtos no local determinado pela Administração. A simples entrega



CNPJ. 01.623.864/0001-22 **7º Legislatura 2021/2022**

do objeto, não implica na sua aceitação definitiva, o que ocorrerá após a vistoria e comprovação da Câmara Municipal.

6 - FORMAS DE PAGAMENTO

- 6.1 Os pagamentos serão conforme a prestação dos serviços, mensal de acordo com a quantidade de pessoas informada na ordem de serviços, de conforme necessidades da Câmara, mediante empenho, no prazo de até 20 (vinte) dias, após a execução do objeto, desde que não haja fator impeditivo provocado pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal devidamente atestada por servidor competente, acompanhada das certidões de regularidade fiscal: CND de FGTS, INSS, e Fazenda Federal, Fazenda Estadual, Fazenda Municipal e CNDT e com datas atualizadas.
- 6.2 O não cumprimento do subitem anterior implicará na sustação do pagamento que só será processado após a apresentação das referidas certidões negativas, não podendo ser considerado atraso de pagamento.
- 6.3 Nenhum pagamento se fará sem que a firma adjudicatária tenha recolhido valor de multa, eventualmente aplicada.

7 - CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO:

- 7.1. Os documentos necessários à habilitação, abaixo relacionados, observados sempre os respectivos prazos de validade;
- 7.2. Registro comercial, no caso de empresa individual;
- 7.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleições de seus administradores.
- 7.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;
- 7.5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- 7.6. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativa ao domicílio ou sede do proponente, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 7.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Seguridade Social (Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa);
- 7.8. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante



7º Legislatura 2021/2022

(Tributos e Contribuições Estaduais e Dívida Ativa);

- 7.9. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante (Tributos e Contribuições Municipais e Dívida Ativa);
- 7.10. Prova de regularidade relativa ao FGTS, representada pelo CRF Certificado de Regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;
- 7.11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis Trabalho, aprovada pelo Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (incluído pela Lei 12.440/2011).
- 7.12. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- 7.13. O Balanço patrimonial e demonstrações contábeis deverão conter registro na Junta Comercial.
- 7.14. Comprovação de **Capital Social** ou **Patrimônio Líquido** mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado para a contratação.
- 7.15. Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica **emitida a menos de 60 dias da data fixada para abertura da Licitação**;

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- 8.1. Para comprovação de atendimento à qualificação técnica, o Edital de licitação deverá exigir a apresentação dos seguintes documentos:
- 8.1.1. Atestado de capacidade técnica da empresa licitante emitida por pessoa jurídica de direito público ou privado com nome e assinatura do signatário legível que comprove experiência na prestação de serviços com características semelhantes ou equivalentes aos objetos licitados o qual deverá ser apresentado em conjunto com o ato que concedeu os poderes ao seu emitente sob pena de inviabilidade do mesmo;
- 8.1.2. Declaração, firmada por representante legal da empresa, de que não emprega menores de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos.

9 - RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:



CNPJ. 01.623.864/0001-22

7ª Legislatura 2021/2022

- 9.1. Deveres, Responsabilidades e obrigações da CONTRATANTE, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:
- 9.1.1. Nomear Gestor e/ou Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução do(s) Contrato(s);
- 9.1.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas;
- 9.1.3. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- 9.1.4. Recusar com a devida justificativa qualquer serviço entregue fora das especificações;
- 9.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;
- 9.1.6. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a entrega do Objeto;
- 9.1.7. Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as Obrigações Contratuais;
- 9.2 Deveres, Responsabilidades E obrigações da CONTRATADA, além de outras que poderão ser previstas no Edital e Contrato:
- 9.2.1. Executar o objeto conforme especificações definidas no presente Termo de Referência, não podendo nunca ser inferior a esta;
- 9.2.2. Manter capacidade mínima de execução para atender as demandas contratadas;
- 9.2.3. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Câmara Municipal, relacionados com as características do objeto;
- 9.2.4. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente em relação aos produtos que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários;
- 9.2.5. Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;
- 9.2.6. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contatos e/ou dos Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;
- 9.2.7. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da



CNPJ. 01.623.864/0001-22 **7º Legislatura 2021/2022**

presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.

- 9.2.8. Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução do objeto pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar a execução, total ou parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar o objeto empregado que julgar inadequados;
- 9.2.9. Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.2.10. Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento;
- 9.2.11. Substituir os produtos reprovados na aceitação, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, sem ônus para a CONTRATANTE;
- 9.2.12. Aceitar os Termos e Condições do Pregão de acordo com a Legislação Vigente e com o instrumento pactuado no Termo de Referência;
- 9.2.13. Manter, durante a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas no edital;
- 9.2.14. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes do contrato sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.
- 9.2.15. Arcar com todas as despesas relacionadas à entrega do objeto, tais como, seguro, impostos, taxas e outros, inclusive em caso de troca, se houver.

10 - DAS PENALIDADES:

- 10.1. O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a contratada às sanções previstas na Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo.
- 10.2. Multas porventura aplicadas como sanções não têm caráter compensatório e seu pagamento não eximirá a contratada da responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

11 - MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

11.1. Este planejamento foi elaborado de acordo com o Ordenamento Jurídico Nacional que regulamenta o processo de aquisições para a Administração Pública, Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993 e Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e constitui peça integrante,



CNPJ. 01.623.864/0001-22 **7º Legislatura 2021/2022**

indispensável e inseparável do processo licitatório, visando viabilizar a aquisição do objeto descritos neste planejamento;

- 11.2. Deste modo, o presente documento contém os elementos básicos e essenciais determinados pela legislação, descritos de forma a subsidiar os interessados em participarem do certame licitatório na preparação da documentação e na elaboração da proposta;
- 11.3. Os produtos que constituem o Objeto deste Termo de Referência enquadram-se no conceito de bem comum, nos termos da legislação em vigor, onde os requisitos técnicos são suficientes para determinar o conjunto da solução escolhida e objeto é fornecido comercialmente por mais de uma empresa no mercado;
- 11.4. Assim, entende-se que a modalidade de licitação deverá ser **PREGÃO**, a ser realizada na forma PRESENCIAL, com vistas a obter a melhor proposta para a Administração Pública.

12 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Poder Legislativo

01 – Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios.

Dotação Orçamentária: 01.031.0001.2.085.0000 – Manutenção da Câmara Municipal

Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 – Material de Consumo.

13. ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES:

13.1. A empresa contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre as quantidades, de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14 - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:

14.1. O objeto deste Termo de Referência se fundamenta na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei Complementar nº. 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, utilizando-se subsidiariamente as normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

15 - PRAZO DE EXECUÇÃO:

15.1. Os serviços serão executados pelo período de 12 (Doze) meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo de acordo com as necessidades da administração nos termos da Lei 8.666/93.

16 - ADJUDICAÇÃO

16.1. A adjudicação das propostas de preços será pelo critério do MENOR PREÇO "POR ITEM".



CNPJ. 01.623.864/0001-22
7º Legislatura 2021/2022

16.2. Não há óbice quanto à adjudicação de um ou mais itens para a mesma licitante.

JETRO MANOEL OLIVEIRA SOUSA	
CHEFF DE GABINETE	



7ª Legislatura 2021/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

ANEXO II

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS HABILITATÓRIOS (EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

(razão social ou nome), inscrita no (CNPJ ou CPF) sob
nº, por intermédio de seu representante legal Sr(a)
, RG nº, CPF nºpenas da lei, estar cumprindo plenamente os requisitos de habilitação conforme os
documentos integrantes do envelope nº 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO, de acordo
com as exigências constante do Edital de Pregão nº 001/2021.
Local/data:
Atenciosamente,
Nome e Assinatura do Responsável Legal da empresa



7ª Legislatura 2021/2022

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

ANEXO III (EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA **OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE** Pregão Presencial nº 001/2021 A/O _______ (razão social do licitante), inscrita no CNPJ sob o nº ______, sediada na ______ (endereço completo), representada pelo (a) Sr.(a) ______, RG nº _____, CPF nº _____, D E C L A R A, para os fins do disposto na Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que se enquadra como: ☐ MICROEMPRESA, conforme inc. I do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. ☐ EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inc. Il do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A licitante D E C L A R A, ainda, que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão no § 4 do art. 3º da mencionada lei, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como critério de desempate no procedimento licitatório do Pregão Presencial em epígrafe, realizado pela Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios – MA. OBS: ASSINALAR COM "X" UMA DAS OPÇÕES (local e data por extenso) (nome da empresa) (nome e assinatura do representante legal ou procurador)



CNPJ. 01.623.864/0001-22
7ª Legislatura 2021/2022

PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2021 ANEXO IV FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA (EM PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)

Razão Social do	
Proponente:	
Endereço:	
Telefone:	
	-
	ESPECIFICAÇÕES
	Contratação de empresa para fornecimento de material de expediente, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vila Nova dos
OBJETO:	Martírios - MA.
0202101	That times 11 m ii
VALOR GLOBAL (R\$):	R\$
VALOR GLOBAL (RQ).	
VALOR GLOBAL (por	
extenso):	
Dados do representante o	ue assinará o termo de contrato, conforme consta no contrato social ou
procuração:	,
Nome:	
Identidade nº/	
Órgão expedidor:	
CPF nº	
	esta proposta é de <u>60 (sessenta) dias</u> , a contar da data da entrega de pe (art. 64, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93).
	dos recursos hierárquicos que forem interpostos no curso da licitação o de convocação previsto no art. 64, § 3º, da Lei Federal nº 8.666/93.
Local e Data:	
Assinatura do	
representante legal:	



PREGÃO PRESENCIAL № 001/2021.

ANEXO V

MODELO DE PROCURAÇÃO/CREDENCIAMENTO

CARTA CREDENCIAL

			de	2021.		
		L DE VILA NOVA DOS N NCIAL № 001/2021	IARTÍRIOS – MA	. .		
	0	abaixo-assinado,	responsável	legal	pela	Empresa
				_, vem pela p	resente in	ıformar a V.
Sª. que o S	Sr		é de	esignado par	ra represe	entar nossa
empresa na I	Licitação	o acima referida, poden	do assinar atas	e demais doc	umentos,	apresentar
impugnação,	recurso	os, inclusive renúncia ex	xpressa a recurs	o na classific	ação, se fo	or o caso, e
praticar todo	os os ato	os necessários ao desem	npenho da repre	sentação no ¡	orocesso li	citatório.
		Aten	ciosamente			
		Nome, Identidade e As	sinatura do Resp	onsável Lega		

(Com firma reconhecida em cartório)



PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021.

ANEXO VI

DECLARAÇÃO - CUMPRIMENTO DO INCISO XXXIII do ART. 7º da CONSTITUIÇÃO FEDERAL

DECLARAÇÃO

. Inscrito no CNPJ ou CPF sob o nº por intermédio de seu
representante legal o(a) Sr(a),
oortador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº
, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei no
3.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei no 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não
emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega
menor de dezesseis anos.
Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz () .
do 2021
Atenciosamente
Atendosamente
Nome Identidade e Assinatura do Responsável Legal



PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2021

ANEXO VII

MINUTA DO CONTRATO

Contrato N	I.º	_ que	entre	Sİ
celebram a	Câma	ra Mur	icipal	de
Vila Nova o	los Ma	ırtírios	- MA	e a
empresa				,
mediante	as	cláus	ulas	e
condições d	lorava	nte pro	duzida	as.

Aos xx (xx) dias do mês de xxx do ano de 2021 (dois mil e vinte e um), de um lado o Câmara Municipal de Xxxxxxx, C.N.P.J. Nº 01.621.270/0001-82, em Xxxxxxx - MA, sede administrativa localizada na Av. Rio Branco, s/n - Centro, neste ato representado, pelo Presidente da Câmara o Sr. xxxxx, inscrito no CPF n.xxxxxx e RG nº xxxxxxx, nacionalidade brasileiro, residente e domiciliado no Município de Xxxxxxx - MA., no uso da atribuição que lhe confere os poderes, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado a empresa xxxxxx, localizada na Rua xxxxxxx, nº xxx, Centro, Xxxxxxx - MA., inscrita no CNPJ N.º xx.xxxx.xxx/xxxx-xx, por seu representante legal o Sr(a). xxxxx, portador do CPF xxxxx e RG: xxxxx, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente contrato, regido pela Lei nº 10.520/2002 e a Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, e o que consta no **Processo N.º 021.001.2021**, **Pregão Presencial nº 001/2021-CPL** e proposta apresentada, que passam a integrar este instrumento, independente de transição, na parte em que com este não conflitar resolvem, de comum acordo, celebram o presente **CONTRATO**, mediante as cláusulas e condições a seguir produzidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto deste a Contratação de empresa para fornecimento de material de expediente, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios – MA, em conformidade com o Pregão Presencial n^{ϱ} 001/2021 e seus anexos, que independente de transcrição integram este instrumento para todos os fins e efeitos legais. O presente contrato está consubstanciado no procedimento licitatório realizado na formada Lei n^{ϱ} 10.520/2002.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE



7ª Legislatura 2021/2022

Para garantir o fiel cumprimento do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE se compromete a:

- **I.** Nomear Gestor e/ou Fiscais Técnicos, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos Contratos;
- II. Vetar o emprego de qualquer serviço que considerar incompatível com as especificações

apresentadas na proposta da CONTRATADA, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar

seus bens patrimoniais, ou ser prejudicial à saúde dos usuários;

- III. Efetuar o pagamento à CONTRATADA nas condições pactuadas;
- **IV.** Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis;
- **V.** Preencher e enviar a Ordem de Serviço de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- **VI.** Recusar com a devida justificativa quaisquer serviços entregues fora das especificações constantes na proposta da CONTRATADA;
- **VII.** Liquidar o empenho e efetuar o pagamento da fatura da emitida pela CONTRATADA dentro dos prazos preestabelecidos em Contrato;
- **VIII.** Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a execução/entrega do objeto;
- **IX -** Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas as Obrigações Contratuais;

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Na execução do objeto do presente Contrato, obriga-se a CONTRATADA a envidar todo o empenho e dedicação necessários ao fiel e adequado cumprimento dos encargos que lhes são

confiados, obrigando-se ainda a:

- I. Executar o objeto conforme especificações definidas no Termo de Referência, não podendo nunca ser inferior a esta;
- II. Manter capacidade mínima de execução para atender as demandas contratadas;



CNPJ. 01.623.864/0001-22 **7º Legislatura 2021/2022**

- **III.** Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela Câmara Municipal, relacionados com as características dos serviços;
- IV. Comunicar à CONTRATANTE, por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente

relação aos serviços que forem objetos do Contrato e prestar os esclarecimentos necessários;

- **V.** Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto à CONTRATANTE, que deverá responder pela fiel execução do Contrato;
- **VI.** Atender prontamente quaisquer orientações e exigências dos Fiscais dos Contatos e/ou dos

Gestores dos Contratos inerentes à execução do objeto contratual;

- **VII.** Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros, por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da presente relação contratual, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade da fiscalização
- ou o acompanhamento da execução do objeto pela CONTRATANTE.
- a). Apurado o dano e caracterizada sua autoria por qualquer empregado da CONTRATADA, esta pagará à CONTRATANTE o valor correspondente, mediante o pagamento de Documento de Arrecadação Municipal DAM, a ser emitida pelo Gestor do Contrato no valor correspondente ao dano, acrescido das demais penalidades constantes do instrumento convocatório e do contrato.
- **VIII.** Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da execução/entrega do
- objeto pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar a execução, total ou
- parcialmente, a qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária, e recusar os serviços empregados que julgar inadequados;
- **IX.** Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por
- ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- **X.** Emitir fatura no valor pactuado e nas condições do Contrato, apresentando à CONTRATANTE para pagamento;
- XI. Substituir o produto reprovado na aceitação, dentro do prazo estabelecido no Termo de

Referência, sem ônus para a CONTRATANTE;



XII. Aceitar os Termos e Condições do Pregão de acordo com a Legislação Vigente e com o instrumento pactuado no Termo de Referência;

CLÁUSULA QUARTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO
I. Na formado que dispõe o artigo 67, da Lei 8.666/93, fica designado o servidor (a) público do quadro efetivo da Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios - MA, (
II. À fiscalização compete, entre outras atribuições, verificara conformidade da execução do Contrato com as normas especificadas, se os procedimentos são adequados para garantir a qualidade desejada.
III. A ação da fiscalização não exonera a contratada de suas responsabilidades contratuais.
IV. Não obstante a CONTRATADA seja a única e exclusiva responsável pela execução deste Contrato, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja a plenitude dessas responsabilidades, exerceram a ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento, diretamente ou por prepostos designados.
V. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para o fim de eventual aplicação de sanção.
VI. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
CLÁUSULA QUINTA – DO PREÇO
O valor global do presente contrato é de R\$), totalizando um valor global de R\$ ().
PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento será mediante EMPENHO, no prazo de até 20 (vinte) dias, após a execução do objeto, desde que não haja fator impeditivo provocado

pela CONTRATADA, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada por servidor competente, acompanhada da respectiva Ordem de Serviço e das



7º Legislatura 2021/2022

certidões de

regularidade fiscal: Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Previdenciária, regularidade com a Fazenda Municipal, do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Fiscais e Certidão Negativa de Inscrição na Dívida Ativa do Município; Prova de Regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, demonstrando situação regular mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF e Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

PARAGRAFO SEGUNDO - O não cumprimento do parágrafo anterior implicará na sustação do pagamento que só será processado após a apresentação das referidas certidões **negativas**, não podendo ser considerado atraso de pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIROS - Os preços incluem todas as despesas com impostos, seguros, fretes, taxas ou outros encargos eventualmente incidentes sobre o objeto, não podendo sofrer reajuste de qualquer natureza.

CLÁUSULA SEXTA - DO REAJUSTE

Não será permitido o reajuste e nem a repactuação do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato vigorará por XX meses a partir da data sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo a conveniência da administração, por igual período. **Conforme determina o art. 57, parágrafo 2º da Lei Federal 8.666/93.**

SUB-CLÁUSULA SEGUNDO – Este Contrato entrará em vigor após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial, cabendo ao CONTRATANTE mandar providenciar esta publicação no prazo máximo de 20 (vinte) contados a partir do quinto dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993, preservando-se o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO: A CONTRATADA obriga-se a aceitar, nas mesmas condições deste contrato, os acréscimos ou supressões que se façam necessárias nos serviços, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA NONA - DA CLASSIFICAÇÃO ORCAMENTARIA E DO EMPENHO



CNPJ. 01.623.864/0001-22
7ª Legislatura 2021/2022

As despesas relativas a este Contrato correrá às contas das Dotações Orçamentárias descritas no Termo de Referência e como segue:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 01 - Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios. Dotação Orçamentária: 01.031.0001.2.085.0000 - Manutenção da Câmara Municipal Elemento de Despesa: 3.3.90.30.00 - Material de Consumo

PARÁGRAFO ÚNICO - DA NOTA DE EMPENHO: Será emitida Nota de Empenho Estimativo à conta da dotação orçamentária específica para atender às despesas inerentes à execução deste Contrato, durante o Exercício corrente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

O prazo para pagamento será de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo servidor competente do setor responsável pela fiscalização dos serviços, confirmando que os mesmos foram executados na forma contratada, deverá informar na nota o evento com a quantidade de pessoas participantes de acordo com a Ordem de Serviços.

- **I.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à aquisição, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- **II.** A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria CONTRATADA, mensalmente, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas e no próprio instrumento de contrato, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJ, mesmo aqueles de filiais ou de matriz.
- **IV.** Quando do pagamento, será efetuado a retenção tributária prevista na legislação aplicável. O valor das retenções deverá constar destacadamente da Fatura mensal e ser deduzido do total a pagar.
- **V.** A CONTRATADA regularmente inscrita no SIMPLES NACIONAL, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária do parágrafo anterior. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação por meio de documento oficial de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- **VI.** A CONTRATANTE deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pela CONTRATADA.
- **VII.** O desconto de qualquer valor no pagamento devido à CONTRATADA será precedido de processo administrativo em que será garantido o contraditório e a ampla defesa, com os recursos e meios que lhes são inerentes.



7º Legislatura 2021/2022

VIII. É vedado à CONTRATADA transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato.

- **IX.** O pagamento será efetuado por meio de Ordem Bancária de Crédito, mediante transferência bancária em conta corrente, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA.
- **X.** Será considerado como data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES

- O descumprimento ou atraso injustificado na execução total ou parcial das obrigações estabelecidas neste contrato sujeitará A CONTRATADA às seguintes penalidades:
- I A contratada ficará sujeita das seguintes penalidades no caso de inadimplências:
- II Multa simplesmente moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor global da proposta na hipótese de rescisão de contrato por culpa da **CONTRATADA** sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal incidente e da obrigação de compor as perdas e danos a que der causa.
- III Multa de 1% (um por cento) sobre o valor global por dia de atraso após o prazo estipulado para o fornecimento dos produtos do objeto.
- IV Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor global da proposta por dia de atraso.
- V Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor global da proposta, por infração de qualquer cláusula ou obrigação contratual, cobrada esta cumulativamente com qualquer outra devida em decorrência de outras infrações cometidas.
- VI A aplicação das penalidades acima referidas caberá à autoridade **CONTRATANTE**.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA - O descumprimento das condições estipuladas neste Contrato e que não sejam determinantes da rescisão contratual, implicará a imposição de multa à Contratada, até o máximo de 50% (cinquenta por cento) do valor do Contrato.

- **SUBCLÁUSULA SEGUNDA -** As multas previstas nesta cláusula não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada da responsabilidade de perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.
- **I.** O descumprimento (ou inexecução) total ou parcial de qualquer cláusula do contrato sujeitará a CONTRATADA às seguintes penalidades:
- a) Advertência por escrito;
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o (Nome do Órgão), por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- c) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a



7º Legislatura 2021/2022

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de 02 (dois) anos.

- II. Caso a CONTRATADA deixe de entregar ou apresente documentação falsa exigida, enseje o retardamento da execução do objeto do contrato, falhe ou fraude na execução do contrato, comporte-se de modo inidôneo ou cometa fraude fiscal, ficará impedida de licitar e contratar com a União e, será descredenciado no SICAF pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais.
- **III.** As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos pela Lei nº 8.666/93:
- a) Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- **IV.** As penalidades serão aplicadas após regular processo administrativo, em que seja assegurado à CONTRATDA o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos que lhes são inerentes.
- **V.** A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública é de competência exclusiva da Câmara Municipal do Município de Vila Nova dos Martírios-MA.
- VI. As demais sanções são de competência exclusiva do Chefe do Executivo Municipal.
- **VII.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- **VIII.** As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do Município de Vila Nova dos Martírios—MA, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa Municipal e cobrados judicialmente.
- IX. Caso a Administração determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela Câmara Municipal do Município de Vila Nova dos Martírios-MA.



7º Legislatura 2021/2022

- **X.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- **XI.** A aplicação das multas previstas na presente cláusula pode ser aplicada cumulativamente com outra penalidade, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, nos termos do art. 87, § 2º da Lei nº 8.666/93.
- **XII.** Não serão passíveis de penalização as situações decorrentes de caso fortuito, força maior, devidamente justificada e comprovada, a juízo da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

Dos atos da Administração decorrentes da aplicação da Lei 8.666/93, caberá:

- I- **Recurso hierárquico**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:
- a) Rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do artigo 79 da lei 8.666/93;
- b) Aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou multa.
- II **Representação**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da intimação da decisão relacionada com o objeto da licitação ou do contrato, de que não caiba recurso hierárquico.
- III **Pedido de Reconsideração** de Decisão do Chefe do Executivo Municipal, no caso de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, no prazo de dez dias úteis da intimação do ato.
- a) O recurso será dirigido ao Presidente da Câmara, que analisará e decidirá, no prazo de 05(cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhá-lo devidamente informados àquela autoridade. Nesse caso, a decisão deverá ser proferida dentro de cinco dias úteis, contados do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.
- b) A intimação dos atos referidos na alínea "a", do inciso I, e no inciso III do parágrafo 9º, será feita mediante publicação em Diário Oficial.
- c) Os recursos e impugnações fora do prazo não serão conhecidos, ressalvando-se a hipótese recurso fundamentados em suposta ilegalidade da decisão recorrida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

São motivos para a rescisão do presente Contrato, nos termos do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993:

- I. O não cumprimento de Cláusulas contratuais e/ ou prazos;
- II. O cumprimento irregular de Cláusulas contratuais e/ ou prazos;



CNPJ. 01.623.864/0001-22 **7º Legislatura 2021/2022**

- III. O atraso injustificado no fornecimento do combustível
- IV. A paralisação do serviço, sem justa causa e prévia comunicação à Administração;
- V. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas no Contrato;
- VI. O desatendimento às determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores;
- VII. O cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;
- VIII. A decretação de falência, ou a instauração de insolvência civil;
 - IX. A dissolução da sociedade, ou falecimento da CONTRATADA;
 - X. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA, que prejudique a execução do Contrato;
 - XI. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinada a CONTRATANTE e exaradas no processo administrativo a que se refere o Contrato;
- XII. A supressão do fornecimento, por parte da CONTRATANTE, acarretando modificação do valor inicial do Contrato além do limite permitido no § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993;
- XIII. A suspensão de sua execução, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna, guerra, ou ainda por repetidas suspensões que totalizem o mesmo prazo, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevisto desmobilizações, mobilizações e outras previstas, assegurada à CONTRATADA, nesses casos, o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas, até que seja normalizada a situação;
- XIV. O atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, decorrentes de serviços, fornecimento, ou parcelas destes já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurada à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão de cumprimento de suas obrigações, até que seja normalizada a situação;
- XV. A ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada,



7º Legislatura 2021/2022

impeditiva da execução do Contrato;

- XVI. O descumprimento da proibição constitucional de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 1993, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.
- **§1º:** Os casos da rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

§2º: A rescisão deste Contrato poderá ser:

- a) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XI e XV desta cláusula;
- b) Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo, desde que haja conveniência para a Administração;
- c) Judicial, nos termos da legislação.
- §3º: A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.
- **§4º:** Quando a rescisão ocorrer com base nos incisos XI a XV desta cláusula, sem que haja culpa da CONTRATADA, será esta ressarcida dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, tendo ainda direito a:
 - a) Devolução da garantia se houver;
 - b) Pagamentos devidos pela execução do Contrato até a data da rescisão.
- §5º: A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a execução da garantia contratual, para ressarcimento da CONTRATANTE, e dos valores das multas e indenizações a ela devidos, bem como a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

Os empregados e propostos da CONTRATADA não terão qualquer vínculo empregatício com a CONTRATANTE, correndo por conta exclusiva da primeira todas as obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, fiscal e comercial, as quais se obrigam a saldar na época devida.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO



7º Legislatura 2021/2022

Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste Contrato e de seus eventuais termos aditivos no Diário Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias daquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

A execução deste contrato regular-se-á pelas cláusulas contratuais e pelas normas aplicáveis ao mesmo, contidas (na Lei n^{o} 10.520, de 2002, no Decreto n^{o} 5.450, de 2005,) na Lei n^{o} 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, no Decreto n^{o} 3.722, de 2001, na Lei Complementar n^{o} 123, de 2006 e na Lei n^{o} 8.666, de 1993, bem como nos demais regulamentos e normas administrativas federais, que fazem parte integrante deste Contrato, independentemente de sua transcrição.

Parágrafo único: Os casos omissos ou situações não explicitadas nas cláusulas deste Contrato serão decididos pela CONTRATANTE, observadas as normas que regulam a execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GARANTIA

A critério da CONTRATADA, e desde que previsto no instrumento convocatório, poderá ser exigida prestação de garantia para a presente contratação, que não excederá 1% do valor do contrato.

Parágrafo único: Caberá à CONTRATADA optar por uma das modalidades de garantia previstas no § 1º da Lei nº 8.883/93.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DO FORO

O foro para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato será o de Imperatriz/MA, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim, por estarem de acordo, ajustados e contratados, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Vila N	ova dos Martírios - MA, de d	e 2021.
	PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL	
	Ordenador de Desnesas	



7ª Legislatura 2021/2022

	CONTRATADO
Representante L	egal da Vencedora do Certame
TESTEMUNHAS:	
Nome:	Nome:
CPF/Identidade n°:	CPF/ Identidade n°:



PREGÃO PRESENCIAL N.º 001/2021

ANEXO IX (MODELO)

(Papel timbrado do Concorrente)

REQUERIMENTO DE SOLICITAÇÃO DE AMPLIAÇÃO DE PRAZO

Ao Câmara Municipal de Vila Nova dos Martírios – MA. REF. AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021

A Micro Empresa/Empresa de F	equeno Po	rte – EPP e o Micro Emp	reendedor	Individual -
MEI:	, inscrita	no CNPJ:		_ neste ato
representada pelo representa	nte legal:		i	inscrito no
CPF: e RG:		vem solicitar a prorrog	gação de 5	(cinco) dias
úteis para regularização fiscal, com base no § 1º do Art. 43, da Lei Complementar nº				
123/2006 alterada pela Lei 147/2014., sendo prorrogável por igual período a critério da				
Administração Pública, para sanar fato que ocasionou a inabilitação desta empresa na fase				
documental do PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2021.				
Nestes Termos, pede deferimento.				
			de	2021.



CNPJ. 01.623.864/0001-22
7º Legislatura 2021/2022

Empresa Licitante

Assinatura do Responsável Legal